



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 065 /2007

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

192ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 14.11.2006

PROCESSO Nº 1/513/2006 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2/200515460

RECORRENTE: ANTÔNIO SOARES DA SILVA.

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DA 1ª INSTÂNCIA

RELATORA: Conselheira Maria Elineide Silva e Souza

EMENTA N ICMS. TRÂNSITO. NOTA FISCAL INIDÔNEA. AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE. A existência de mercadoria em quantidade inferior a transportada não torna a nota fiscal inidônea, uma vez que existe penalidade específica para infração. Preliminar de Ilegitimidade passiva reconhecida, entretanto decisão de mérito proferida com base no disposto no artigo 53 § 11 do Decreto 25.468/99. Decisão por Unanimidade de votos, e conforme parecer do representante da Douta Procuradoria Geral do Estado, alterado em sessão e reduzido a termo nos autos.

RELATÓRIO

Conforme descrito no Auto de Infração, acima mencionado, o recorrente é acusado de transportar mercadorias com documento fiscal inidôneo. A inidoneidade foi declarada em razão do autuado transportar mercadorias em quantidade inferior ao descrito na nota fiscal, conforme demonstra o Certificado de Guarda de Mercadoria N CGM nº 027/2006, emitido pelo Posto Fiscal José Wilson Macedo Sá.

O proprietário da mercadoria apresentou defesa, tempestiva, alegando que houve excesso de poder por parte do agente fiscal.

O julgador de primeira instância julgou procedente a autuação fiscal, pois considerou que a nota fiscal continha declarações inexatas *"eis que as mercadorias estavam sendo transportadas para local diverso do indicado no documento fiscal"*.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Inconformada com o julgamento de primeira instância, a recorrente impetrou Recurso Voluntário requerendo a extinção processual, pois não é parte legítima para integrar o pólo passivo da relação tributária, uma vez que é apenas empregado da empresa emitente da nota fiscal.

O Consultor Tributário, através do parecer nº 561/2006, manifestou-se pela extinção do processo em virtude do autuado não ter capacidade para figurar como sujeito passivo da relação processual.

O representante da Douta Procuradoria Geral do Estado, Doutor Mateus Viana Neto, retificou seu entendimento em sessão, através de despacho contido nos autos, para conhecendo da nulidade processual, decidir no mérito pela improcedência da autuação fiscal, conforme dispõe o artigo 53, § 11 do Decreto nº 25.468/99.

É o relatório.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

VOTO DO RELATOR

Cuida a presente autuação do transporte de mercadoria com nota fiscal considerada inidônea por conter declaração inexata, no valor de R\$ 15.760,00 (Quinze mil, setecentos e sessenta reais), apreendidas através do Certificado de Guarda de Mercadorias, emitido pelo Posto Fiscal do Gabriel Lopes Jardim de nº 027/2006.

Em seu recurso voluntário o autuado alega a incapacidade para figurar no pólo passivo da relação tributária, pois é motorista da empresa emitente da nota fiscal, Universal Têxtil Ltda, conforme comprova, nos autos, com cópia da Carteira de trabalho e livro de Registro de Empregado.

A Súmula nº 01, editada pelo Conselho de Recurso Tributário do Estado do Ceará e aprovada em Sessão Plenária do dia 26/10/199, estabelece que *"constada infração à legislação do ICMS no trânsito de mercadoria, a responsabilidade deverá recair em nome da empresa transportadora, quando devidamente identificada, e não no do seu motorista, simples empregado"*.

Portanto, inicialmente, assiste razão ao recorrente quando afirma não ter capacidade para integrar o pólo passivo da relação tributária, entretanto conforme dispõe o artigo 53, § 11 do Decreto Nº 25.468/99, sempre que no mérito for favorável ao recorrente este deve ser analisado.

Assim sendo, passamos a analisar o motivo da declaração de inidoneidade. Conforme se depreende da leitura do Certificado de Guarda de Mercadoria, deu-se pelo fato de transportar mercadoria em quantidade inferior à descrita na nota fiscal nº 553, emitida pela empresa universal têxtil Ltda.

A nota fiscal não pode ser considerada inidônea, em virtude do legislador ter indicado penalidade específica para o transporte de mercadoria em quantidade inferior ao descrito na nota fiscal. Senão vejamos o que dispõe o artigo 123, da Lei 12.670/96:

| |
|---|
| Art. 123. As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso. |
| III - relativamente à documentação e à escrituração |
| l) transportar mercadorias em quantidade menor que a descrita no documento fiscal: multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da operação indicado no referido documento fiscal |



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Considerando o exposto acima, voto para que o recurso voluntário seja conhecido, dando-lhe provimento, para reformar a decisão condenatória proferida em instância monocrática, reconhecendo a extinção processual por ilegitimidade passiva, no entanto, por aplicação do artigo 53, § 11 do Decreto nº 25.468/99, julgando IMPROCEDENTE o presente Auto de Infração nos termos deste voto e do parecer do representante da Douta Procuradoria Geral do Estado, alterado em sessão e reduzido a termo nos autos.

É o voto.





ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS


DECISÃO

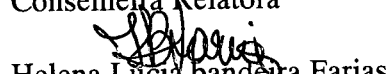
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrentes ANTÔNIO SOARES DA SILVA e recorrido CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA, resolvem os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, dar-lhe provimento, para reformar a decisão condenatória proferida em 1ª Instância, reconhecendo a extinção processual por ilegitimidade passiva, no entanto, por aplicação do artigo 53, § 11 do Decreto nº 25.468/99, julgar IMPROCEDENTE a presente ação fiscal, nos termos do voto da relatora e do parecer da douta Procuradoria Geral do Estado, alterado em sessão mediante despacho contido nos autos. Ausentes, por motivo justificado, os conselheiros José Gonçalves Feitosa, Maryana Costa Canamary e Fernanda Rocha Alves do Nascimento.

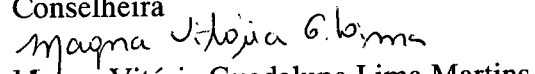
SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 21 de janeiro de 2007.



Ana Maria Martins Timbó Holanda
PRESIDENTE

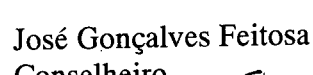

Dulcimeire Pereira Gomes
Conselheira



Maria Elineide Silva e Souza
Conselheira Relatora



Helena Lucia Bandeira Farias
Conselheira


Magna Vitória Guadalupe Lima Martins
Conselheira


Fernanda Rocha Alves do Nascimento
Conselheira


José Gonçalves Feitosa
Conselheiro


Maryana Costa Canamary
Conselheira


Frederico Hosanan Pinto de castro
Conselheiro

Matteus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO